

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº      DE 2016.**

**(Do Sr. MOSES RODRIGUES)**

**Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Segurança Pública para discutir a greve dos policiais civis no Estado do Ceará, as condições de trabalho e a valorização salarial.**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 58 §2º, inciso II, da Constituição Federal e dos arts. 24 e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam tomadas as providências para a realização de Audiência Pública para debater a greve dos policiais civis no Estado do Ceará, suas condições de trabalho e a valorização salarial.

**JUSTIFICATIVA**

A categoria de inspetores e escrivães da Polícia Civil apresentam um trabalho fundamental à Segurança Pública no Estado do Ceará, de inteligência e de investigações na elucidação de crimes e também no combate ao tráfico de drogas no Estado do Ceará. Porém, insatisfeita, a classe encontra-se em greve, suas reivindicações são de melhorias em condições básicas de trabalho e de melhorias salarial, todavia não tem logrado êxito nas negociações com o Governo do Estado do Ceará.

A primeira greve foi deflagrada em 24 de setembro de 2016, e foi suspensa após a promessa que em uma audiência de conciliação na Justiça no dia 04 de outubro seria apresentada uma proposta do Governo. Porém nenhuma proposta efetiva foi apresentada à categoria. Os representantes do Governo somente disseram que iria continuar a negociar com a classe, mas sem nenhuma data prevista. Os policiais já haviam retornado ao trabalho, porém, passou a executar a "Operação Legalidade", ou seja, fazer só aquilo que realmente era atribuição legal do policial civil. Em 19 de outubro, ainda sem nenhuma negociação, policiais civis fizeram caminhada e acampamento em frente ao Palácio da Abolição. Após 9 dias de acampamento, em 27 de outubro, em Assembleia no local, mais de 500 policiais civis aprovaram a instalação de uma nova greve por causa da recusa do Governo em atender o pleito da classe. No dia 02 de novembro realizaram uma passeata com mais de 3000 mil pessoas entre policiais e familiares.

Os motivos apontados no protesto foi o caos instalado na Polícia Civil do Estado do Ceará, com várias ilegalidades e também em repúdio a postura do Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Ceará, Andrade Júnior, que usou de expediente de intimidação para pressionar os policiais em greve a voltarem ao trabalho, ameaçando demissão em massa, e também por tê-los chamado de "pilantras". Entre as ilegalidades apontadas como rotineiras e denunciadas pelos policiais civis constam: coletes de proteção vencidos; armas com defeito de fábrica; viaturas precárias e sem manutenção; lotação de policiais decididas a revelia do princípio da impessoalidade; transferências de policiais desprovidas de motivação fática ou jurídica; não pagamento de horas extras de policiais que trabalham a noite para proceder flagrantes; não atualização do subsídio dos policiais civis de nível superior, o subsídio é referente ao nível médio, eles afirmam ainda que tem o pior salário do Nordeste e um dos piores do país e um dos menores efetivos de polícia civil do país.

O sucateamento da instituição tem promovido a evasão dos policiais, na década de 80 a instituição contava com um efetivo de 4.500 profissionais, hoje conta com pouco mais de 2.600 profissionais para atender uma população duas vezes maior que a da década de 80, tendo um salário em torno de 50% do que ganhavam na década de 80. Os policiais civis estão há quase 2 anos sem ter nem mesmo a correção salarial em relação à inflação.

As reivindicações da categoria são de valorização salarial e condições de trabalho.

Em 02 de novembro, a categoria emitiu nota de repúdio onde pedem SOCORRO! A classe relata que muitas investigações não acontecem por falta de materiais, de recursos humanos e materiais que garantam a defesa de suas vidas. Porém quando se manifestam

cobrando condições mínimas para realizar o trabalho, são usados contra eles vários instrumentos de intimidação, e são calados através de inúmeros mecanismos jurídicos, transferências, alterações de horários e instaurações de procedimentos administrativos.

A nota afirma que aquele que ousa alterar o status bestial em que se encontra a administração da Polícia Civil do Ceará, será assediado, coagido, humilhado e maltratado. Experimentará contra si os mecanismos legais criados com a finalidade de preservar o interesse público em um notório desvio de finalidade.

A nota conclui questionando: “Senhor Delegado Geral, somos pilantras pelo exercício e gozo dos nossos direitos constitucionais? Não somos pilantras! Queremos dignidade!

E desabafam: “O crime organizado só é combatido quando se tem um Polícia Civil trabalhando forte em investigação e inteligência, só assim conseguiremos combater as organizações criminosas que se instalaram em todo o estado do Ceará”.

Diante deste quadro dramático em que os policiais civis sentem-se impossibilitados de realizar o trabalho por não terem condições básicas, sequer a segurança da própria vida, e a sociedade precisa deste serviço essencial, tendo em vista a preocupação com a criminalidade em nosso Estado, e a falta de resposta do Governo do Estado do Ceará, defendo a aprovação do requerimento para discutirmos nesta Comissão este assunto de grande importância a todos os cearenses, para que o diálogo se estabeleça e uma solução seja dada a categoria, pois em se tratando de Segurança Pública tratamos da vida de cada cidadão cearense.

### **CONVIDADOS:**

Secretário de Segurança do Ceará, Delci Teixeira.

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Ceará, Raimundo de Sousa Andrade Júnior.

Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará (Sinpol), Francisco Lucas de Oliveira.

Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), Janio Bosco Gandra.

Sala das Comissões,            em novembro de 2016.

Deputado Federal MOSES RODRIGUES/ PMDB-CE